

**Tatiana Lionço
Debora Diniz
[Orgs.]**



Homofobia & Educação

UM DESAFIO AO SILÊNCIO

Como superar o risco de manutenção de práticas discriminatórias no ambiente escolar, diante da tendência a banalizar e naturalizar preconceitos relativos à sexualidade? Essa é a pergunta que sustenta as análises críticas apresentadas neste livro sobre a política educacional voltada para a produção e distribuição dos materiais didático-pedagógicos utilizados nas escolas públicas do Brasil.

A sexualidade é um tabu em sua dimensão de prazer. Ela ganha espaço de discussão no ambiente escolar de modo restrito, sendo associada linearmente à reprodução biológica. Desconstruir essa restrição na compreensão da sexualidade humana, no entanto, enfrenta oposições morais e esbarra na desvalorização de práticas sexuais e modos de vida que ultrapassam a lógica patriarcal.

Ainda que a discussão sobre o patriarcado soe relativamente ultrapassada no contexto das teorias sociais, a hegemonia dessa lógica para as relações sociais retorna com força na desvalorização de formas de conjugalidade e de família que se baseiam no laço amoroso não-heterossexual.

A consideração mais abrangente dos direitos sexuais como direitos humanos é uma tarefa sobre a qual vêm se debruçando pesquisadores de diferentes campos do saber: das ciências sociais, do direito, da psicologia, da saúde coletiva e da educação. Os movimentos sociais vêm ganhando visibilidade nas denúncias de violações dos direitos humanos em função da sexualidade e do gênero, e a academia vem contribuindo para a sistematização de informações sobre a situação social e de vida de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e

transexuais. Esse esforço conjunto tem consequências na abertura para a discussão e proposição de políticas públicas que revertam o quadro de marginalização, opressão e exclusão social caracterizadores do modo predominante como a sociedade brasileira lida com a diversidade sexual.

Este livro reflete a possibilidade de diálogo produtivo entre academia, sociedade civil e governo para a construção responsável de caminhos justos na consolidação da democracia. Certamente, será uma obra de referência para iluminar a reflexão e as práticas de educadores, militantes em defesa de direitos humanos e gestores de políticas públicas no enfrentamento da homofobia.

Homofobia & Educação – um desafio ao silêncio é um livro instigante e potencialmente transformador das representações sobre a sexualidade e sobre a função da educação sexual nas escolas. Sua importância não se limita à afirmação de uma posição político-ideológica sobre a sexualidade humana, decorrendo também da análise dos dispositivos discursivos de manutenção da violência simbólica nas relações sociais entre aqueles que diferem nas formas de amar, de viver o prazer, de constituir laços familiares e de filiação.

Márcia Arán é psicanalista, professora adjunta do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro [UERJ] e autora do livro *O avesso do avesso: feminilidade e novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Garamond; 2006.



NAÇÕES UNIDAS
Escritório sobre Drogas e Crime



Ministério
da Saúde



A violência homofóbica ocorre frequentemente diante de uma população indiferente e insensível ao problema. Diariamente nos chega a informação de inúmeras lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais vivendo com medo de sofrer agressões decorrentes de sua orientação sexual. Cada insulto proferido lembra a todos da existência de uma ordem sexual vigente e sua hierarquia. A primeira tarefa pedagógica seria questionar a ordem heterossexista e tornar evidente que a hierarquia de sexualidades é tão insustentável quanto a de raças ou de sexos.

Daniel Borrillo – Universidade de Paris X

LETRAS  LIVRES

EDITORA
UnB

ISBN 978-85-98070-23-0



9 788598 070230

ISBN 978-85-230-1024-9



9 788523 010249

**Tatiana Lionço
Debora Diniz**
[Orgs.]



Homofobia & Educação

UM DESAFIO AO SILÊNCIO



Instituto de Bioética,
Direitos Humanos e
Gênero

LETRAS LIVRES

Conselho Editorial

Almira Rodrigues
Fernando Lolas Stepke
Florescia Luna
Juliana Soares Santos
Marilena Corrêa
Ondina Pena Pereira
Roger Raupp Rios

Editoras Responsáveis

Debora Diniz
Malu Fontes



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA**

Reitor

José Geraldo de Sousa Júnior

Vice-Reitor

João Batista de Sousa



Diretor

Norberto Abreu e Silva Neto

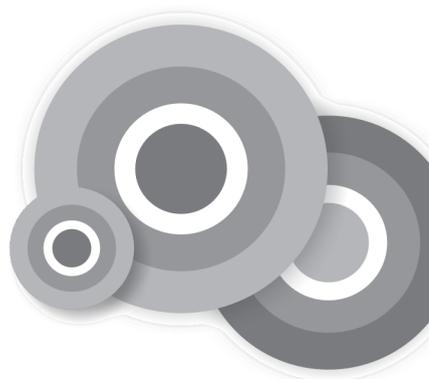
Conselho Editorial

Norberto Abreu e Silva Neto – Presidente
Denise Imbroisi
José Carlos Córdova Coutinho
José Otávio Nogueira Guimarães
Luís Eduardo de Lacerda Abreu
Roberto Armando Ramos de Aguiar
Sely Maria de Souza Costa



Tatiana Lionço
Debora Diniz
[Orgs.]

Homofobia & Educação
Um desafio ao silêncio



Brasília – DF
2009

Copyright © 2009 by LetrasLivres, Brasília
Tiragem: 1ª edição – 2009 – 1.000 exemplares

De acordo com a Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, nenhuma parte desta publicação pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada em um sistema de recuperação de informações ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do detentor dos direitos autorais e do editor.

Coordenação Editorial: Fabiana Paranhos
Organização e Preparação dos Originais: Tatiana Lionço e Debora Diniz
Copidesque e Revisão de Língua Portuguesa: Ana Terra Mejia Munhoz
Normalização Bibliográfica: Ana Terra Mejia Munhoz
Capa: Ramon Navarro
Editoração Eletrônica e *Layout*: Lilian Silva
Secretaria Editorial: Sandra Costa

Apoio financeiro: Programa Nacional de DST e Aids, do Ministério da Saúde, e Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Responsável: Kátia Soares Braga (CRB/DF 1522)

Lionço, Tatiana.

Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio / Tatiana Lionço; Debora Diniz (Organizadoras).
Brasília: LetrasLivres : EdUnB, 2009.
196 p.

ISBN 978-85-98070-23-0
ISBN 978-85-230-1024-9

Conteúdo: Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? / Tatiana Lionço, Debora Diniz; A homofobia / Daniel Borrillo; Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual / Tatiana Lionço, Debora Diniz; A eloquência do silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos / Cláudia Vianna, Lula Ramires; Ilustrações do silêncio e da negação / Malu Fontes; Cores e dores do preconceito: entre o boxe e o balé / Fernando Pocahy, Rosana de Oliveira, Thais Imperatori; Diversidade sexual, educação e sociedade: reflexões a partir do Programa Nacional do Livro Didático / Roger Raupp Rios, Wederson Rufino dos Santos; Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos / Rogério Diniz Junqueira.

1. Homossexualidade – Brasil. 2. Diversidade sexual – Brasil. 3. Livro didático – Brasil. 4. Discriminação no ensino – Brasil. 5. Política do livro didático – Brasil. 6. Educação – Brasil. 7. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). 8. Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). 9. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). I. Diniz, Debora. II. Borrillo, Daniel. III. Vianna, Cláudia. IV. Ramires, Lula. V. Fontes, Malu. VI. Pocahy, Fernando. VII. Oliveira, Rosana de. VIII. Imperatori, Thais. IX. Rios, Roger Raupp. X. Santos, Wederson Rufino dos. XI. Junqueira, Rogério Diniz. XII. Título: um desafio ao silêncio.

CDU 316.647.82 – 055.3 (075) (81)
CDD 306.7662

Todos os direitos reservados à Editora LetrasLivres, um projeto cultural da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero
Caixa Postal 8011 – CEP 70673-970 Brasília-DF
Tel/Fax: 55 (61) 3343-1731
letraslivres@anis.org.br – www.anis.org.br

A LetrasLivres é filiada à Câmara Brasileira do Livro.

Foi feito depósito legal.

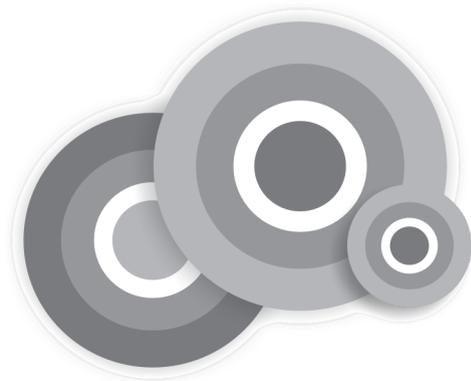
Impresso no Brasil

Apoio: Fundação Ford



Sumário

Agradecimentos.....	7
Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros?.....	9
<i>Tatiana Lionço e Debora Diniz</i>	
A homofobia.....	15
<i>Daniel Borrillo</i>	
Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual.....	47
<i>Tatiana Lionço e Debora Diniz</i>	
A eloquência do silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos.....	73
<i>Cláudia Vianna e Lula Ramires</i>	
Ilustrações do silêncio e da negação.....	99
<i>Malu Fontes</i>	
Cores e dores do preconceito: entre o boxe e o balé.....	115
<i>Fernando Pocahy, Rosana de Oliveira e Thaís Imperatori</i>	
Diversidade sexual, educação e sociedade: reflexões a partir do Programa Nacional do Livro Didático.....	133
<i>Roger Raupp Rios e Wederson Rufino dos Santos</i>	
Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos.....	161
<i>Rogério Diniz Junqueira</i>	
Sobre os autores.....	195



Agradecimentos

As organizadoras agradecem ao Programa Nacional de DST e Aids, do Ministério da Saúde, e ao Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) pelo financiamento do projeto de pesquisa que originou este livro. A contribuição da Coordenação de Produção e Distribuição e da Coordenação Geral dos Programas do Livro, ambas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, foi fundamental para a operacionalização do projeto e para o acesso ao acervo de obras didáticas que compõe a amostra de livros analisados na pesquisa. A cooperação de editoras e bibliotecas públicas para recuperação das obras esparsas foi também essencial.

As organizadoras e os autores agradecem a gentileza na cessão dos direitos de publicação do terceiro, quarto, quinto e sétimo capítulos pela Revista Psicologia Política, da Universidade Federal de Minas Gerais, na qual originalmente esses textos foram publicados no número 8, volume 16, em 2008. Agradecem, ainda, a parceria estabelecida com a Universidade de Brasília, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal da Bahia, o Nuances – Grupo pela Livre Expressão Sexual e o Corsa – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor, indispensável para o aprofundamento da análise dos dados da pesquisa. Esta obra é um exemplo bem-sucedido de um largo esforço de cooperação entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

As discussões de resultados parciais da pesquisa com grupos ampliados de especialistas foram decisivas para as análises finais desta obra. A equipe de pesquisa agradece, em particular, ao Seminário Internacional Fazendo Gênero e ao Congresso Redefem, em que versões iniciais dos capítulos foram apresentadas.

Tatiana Lionço e Debora Diniz
Março, 2009



Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros?

Tatiana Lionço e Debora Diniz

A função da educação não se reduz à transmissão formal de conhecimentos, sendo a escola um espaço público para a promoção da cidadania. O Estado democrático de direito assegura o reconhecimento da diversidade de valores morais e culturais em uma mesma sociedade, compreendida como heterogênea e comprometida com a justiça e a garantia universal dos direitos humanos e sociais. A vivência escolar permite a apresentação da realidade social em sua diversidade.

A discriminação é uma prática social que marca o cotidiano das escolas. Opera a desqualificação do outro, podendo acarretar graves danos pessoais e sociais. Entende-se a prática discriminatória como a valoração das diferenças de modo a promover desigualdades ou prejuízos para as partes desqualificadas. A educação é uma ferramenta política emancipatória, que deve superar processos discriminatórios socialmente instaurados, a fim de transformar a realidade pela reafirmação da ética democrática. Nesse sentido, a escola é um espaço de socialização para a diversidade.

A diversidade social ocupa as escolas em dois sentidos: primeiramente, pela presença concreta, pois negros, deficientes, mulheres, idosos, estrangeiros, homossexuais frequentam as instituições de ensino; em segundo lugar, pelo compromisso político que fundamenta a educação como um bem público, o que significa que a igualdade é um valor fundamental ao ensino. Diversos parâmetros normativos nacionais afirmam o compromisso da educação com a igualdade, recusando discriminações e prejuízos sociais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Direitos Humanos e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos são emblemáticos a esse respeito. Como efeito desses documentos, as desigualdades injustas passaram a constar como questões sociais nos materiais didático-pedagógicos.

Diversas vulnerabilidades incluem-se atualmente como temas nos livros utilizados nas escolas, em função seja da desigualdade de gênero, seja da condição étnico-racial, econômica ou de deficiência. Em relação à abordagem da sexualidade, prevalece a timidez, sobretudo por controvérsias morais sobre a pertinência de se tratar a questão com adolescentes. No entanto, já há a incorporação, nas escolas e nos materiais didáticos, de temas em sexualidade e sua relação com a saúde pública, tais como a promoção da saúde sexual e a prevenção às DSTs/aids e à gravidez não planejada.

A dimensão social e política da sexualidade permanece às margens. Embora haja, nos livros, afirmações sobre a necessidade da desconstrução da cultura machista e de opressão contra as mulheres na sociedade, bem como dos estereótipos de gênero, essa desconstrução requer mais do que questionar a desigualdade social entre homens e mulheres. É preciso reconhecer que as expressões do feminino têm sido historicamente inferiorizadas, alargando o campo de subordinação a vários atores sociais que se associam à marca do feminino, tais como gays, travestis e transexuais, além de lésbicas.

A diversidade sexual comparece nas escolas e nos instrumentos pedagógicos de modo diferenciado. Tende a ser invisibilizada, é escassamente tematizada como conteúdo didático-pedagógico, e frequentemente a homofobia é subestimada em seus efeitos danosos às crianças e adolescentes. Não se sabe, a princípio, quem é ou não homossexual. Muitos adolescentes que começam a reconhecer desejo por pessoas do mesmo sexo se sentem constrangidos pela desvalorização corriqueira da homossexualidade e tendem a omitir sua condição, não encontrando na escola ou no(a) professor(a) uma referência para compartilhar suas dúvidas sobre sexualidade. Esse segredo em relação à própria vivência da sexualidade tem consequências para a saúde: não se pode saber ou ter informações sobre aquilo que não pode ser dito.

Prevalece a exigência do silêncio sobre a diversidade, em matéria de sexualidade. Essa omissão denuncia uma tendência à censura implícita ao tema. A sexualidade não-heterossexual, em sua dimensão de superação da lógica reprodutiva e supostamente natural, é um interdito, constituindo-se em um tabu. Nos livros didáticos, a sexualidade somente é passível de enunciação quando remete ao coito heterossexual e à compreensão de seus efeitos reprodutivos. Enquanto não se reconhece a diversidade sexual, no entanto, a heterossexualidade é reiteradamente afirmada na dinâmica das relações sociais, nas concepções de família e conjugalidade ou na explicação biológica e naturalizada da relação sexual como o encontro dos corpos com efeitos procriativos. Aliada à censura implícita à diversidade sexual, encontra-se afirmada a compulsoriedade da heterossexualidade. Essa exigência normativa tem como efeito a desqualificação de outros modos de viver a sexualidade, gerando a prática discriminatória homofóbica.

A solidão é um efeito marcante da homofobia. O recolhimento, a impossibilidade de partilhar experiências ou a exclusão do grupo escolar comprometem a meta educacional de

promoção da convivência democrática. Travestis e transexuais são especialmente vulneráveis à exclusão do espaço escolar, o que repercute negativamente em suas oportunidades sociais e profissionais, tendo como consequência o reforço de estereótipos que os estigmatizam: é o caso da prostituição, que, embora associada em termos essencialistas à condição dessas pessoas, resulta da exclusão escolar e familiar. Travestis e transexuais passam a viver vulneráveis à opressão de oportunistas, já que escola e família se eximem da responsabilidade do acolhimento e da promoção de formas de convívio mais solidárias. A escola, porém, deve trabalhar possibilidades de pertencimento, isto é, a inclusão de todos num mesmo espaço de sociabilidade.

A promoção da igualdade como princípio ético para uma sociedade justa deve primar pelo reconhecimento e respeito à diversidade de valores e comportamentos relativos à sexualidade em suas diferentes formas de expressão. Essa diversidade sexual, no entanto, precisa ser afirmada nos termos de uma ética democrática, não sendo conivente com atos abusivos e de opressão, que qualificam práticas sexuais contrárias ao ordenamento legal, tais como a pedofilia, o estupro, etc. Afirmar a diversidade sexual não quer dizer privar o campo da vivência da sexualidade da necessidade de impor limites. Trata-se de questionar a hegemonia de um modo único de vivenciar a relação amorosa, a fim de que as pessoas tenham assegurados os direitos à dignidade, à liberdade e à autonomia também em suas formas de se relacionar sexual e amorosamente, bem como de expressar a feminilidade e a masculinidade, independente de corresponderem ou não aos estereótipos sociais construídos historicamente e culturalmente.

Apesar do notório investimento do Ministério da Educação em ações de enfrentamento do sexismo e da homofobia, a identificação e o questionamento de tabus e preconceitos relativos à sexualidade, necessários ao combate a práticas discriminatórias na escola, ainda requerem amplos esforços para a superação de estigmas e violências, reais e simbólicas. O Ministério da Educação

tem privilegiado a estratégia de capacitação de professores(as). Essa é uma iniciativa de grande valor, mas deve estar associada ao compromisso de desenvolver e oferecer materiais didáticos que venham a subsidiar a atuação em sala de aula. É nesse sentido que se faz necessário considerar quais discursos sobre a sexualidade vêm sendo veiculados nos materiais didáticos, pois estes são de uso universal nas escolas.

Os livros didáticos são instrumentos pedagógicos fundamentais para formalizar a inserção de conteúdos específicos na formação de estudantes. Considerando a função primordial da formação escolar para o exercício da cidadania, temas de relevância social e que desafiam a ética democrática por meio da manutenção de prejuízos sociais injustificáveis devem ganhar espaço formal nos livros, devem ser conteúdo didático, matéria da prática pedagógica. A questão crucial é que a sociedade é plural. A diversidade sexual não é um tema a ser forçosamente discutido em sala de aula devido a concepções teóricas sobre o ser humano e a sexualidade: é um tema a ser discutido porque se faz presente na realidade social, e sua presença é marcada por uma moralidade hegemônica heteronormativa, que se desdobra em sérios prejuízos sociais e violação de direitos para muitos.

É importante notar que a implementação de políticas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual assume um caráter processual, demandando o acolhimento de avanços parcialmente conquistados, bem como a sinalização de lacunas e entraves a serem superados. Este livro resulta de um extenso projeto de pesquisa denominado *Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros?*, executado pela Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade de São Paulo (USP). O projeto foi financiado pelo Programa Nacional de DST e Aids, do Ministério da Saúde, e pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).